



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

**CLIPPING
11 e 12
de dezembro
de 2021**

Othelino recebe Medalha do Mérito 'Celso Magalhães' do Ministério Público

Suêlda Santos

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), foi condecorado com a Medalha do Mérito do **Ministério Público** 'Celso Magalhães', a maior honraria concedida pelo órgão. A homenagem foi entregue pelo procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, durante sessão solene, nesta quinta-feira (9), como parte da programação do 11º Congresso Estadual do **Ministério Público** do Maranhão.

A Medalha do Mérito Celso Magalhães é entregue a magistrados e personalidades por merecimento em razão da prática de atos ou serviços relevantes em favor do **Ministério Público** e da sociedade maranhense.

A homenagem ao deputado Othelino, acatada por unanimidade pelo **Colégio de Procuradores** de Justiça do Estado, é um reconhecimento pela aprovação, na Assembleia Legislativa, do projeto de lei do Poder Executivo, que garante bonificação aos profissionais da área de saúde que atuam no combate à pandemia da Covid-19.

"Considero a honraria um reconhecimento não só a mim, mas também ao trabalho do Poder Legislativo do Maranhão, bem como à relação de harmonia, respeito e independência que sempre mantivemos com os demais Poderes e órgãos constitucionais. Por isso, estendo essa homenagem a todos os outros deputados", disse o chefe do Parlamento Estadual.

Na solenidade, o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, destacou a importância da honraria que enaltece as boas práticas em prol dos maranhenses. "O **Ministério Público** homenageia todos os anos as pessoas que trabalham pelo bem-estar do povo do Maranhão e o deputado Othelino sempre atuou em benefício da população. Por essa razão, o reconhecimento foi unânime, uma vez que todos os 31 procuradores de Justiça do Estado manifestaram-se favoráveis à entrega da medalha para ele", enfatizou.

Mais homenageados

Além do presidente da Assembleia Legislativa, também foram homenageados o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador

Lourival Serejo; o professor Mauro Gurgel Rocha e a ativista ambiental Denise Maia Albuquerque.

Site: <https://sueldasantos.com.br/2021/12/11/othelino-recebe-medalha-do-merito-celso-magalhaes-do-ministerio-publico/>

CODÓ URGENTE: "Onde foram parar os quase R\$ 27 milhões dos precatórios do FUNDEF na gestão de Nagib em Codó?", questiona Deputado Wellington

Marcos Monteiro

Na manhã da última terça-feira (07), em pronunciamento na Assembleia Legislativa, o deputado estadual Wellington do Curso utilizou a tribuna para questionar o destino de quase R\$ 27 milhões de reais provenientes dos precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF enviados ao município de Codó/MA durante a gestão do ex-prefeito Francisco Nagib, atual diretor do DETRAN/MA.

Durante seu pronunciamento, o parlamentar questionou o governador Flávio Dino sobre os motivos pelos quais Francisco Nagib foi escolhido para dirigir o DETRAN/MA mesmo com tantos escândalos envolvendo seu nome e afirmou que acionará os órgãos responsáveis para apurar o destino dinheiro dos precatórios do FUNDEF em Codó/MA.

"Como se não bastassem todos os escândalos envolvendo o diretor do DETRAN/MA, Francisco Nagib, à frente do órgão, agora, recebemos denúncias que, durante sua gestão como prefeito da cidade de Codó, o dinheiro dos precatórios do FUNDEF enviado ao município simplesmente desapareceu. Foram R\$ 26,5 milhões que Nagib recebeu quando foi prefeito de Codó para investir na educação, no entanto, as contas estão praticamente zeradas! Mas mesmo com tantos envolvimento em escândalos, Nagib foi escolhido para dirigir o Detran e está fazendo uma péssima gestão marcada por ilegalidades e greve dos servidores. Então, fica o questionamento: onde foram parar os quase R\$ 27 milhões dos precatórios do FUNDEF na gestão de Nagib em Codó? Iremos acionar o **Ministério Público** e o Tribunal de Contas para que possam apurar as irregularidades e tomar as devidas providências, afinal, estamos falando de dinheiro público que deveria ser investido na educação" , disse Wellington.

Site:

<https://www.repasseinformativo.com.br/2021/12/codo->

***urgente-onde-foram-parar-os-quase-r-27-milhoes-dos-
precatórios-do-fundef-na-gestao-de-najib-em-codo-
questiona-deputado-wellington/***

Tribunal revoga liminar e manda prender Dalton Arruda

O advogado Dalton Hugolino Arruda de Sousa deve voltar à prisão ainda nessa sexta-feira (10).

Essa é a decisão da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão que revogou a liminar em habeas corpus que havia substituído a prisão preventiva do causídico com uso de tornozeleira eletrônica, e ordenou a sua prisão imediata. A informação foi publicada pelo site Atual7.

Em meados de novembro, a reportagem do Blog do Neto Ferreira divulgou, com exclusividade, que

Arruda tinha sido preso em flagrante delito por descumprir medidas protetivas de distanciamento da sua ex-esposa, Janaína do Socorro Muniz Arruda. Ele chegou a arrombar o portão da casa onde ela vive com os filhos .

A prisão foi convertida em preventiva pela juíza da Central de Inquéritos e Custódia de São Luís, Janaina Araújo de Carvalho.

Um dia depois do flagrante, o desembargador do Tribunal de Justiça José Jorge determinou a saída do advogado da cadeia mesmo com o descumprimento da medida protetiva imposta pela Lei Maria da Penha (relembre aqui) .

Nessa quinta-feira (9), em julgamento de mérito, a 2ª Câmara Criminal do TJ-MA decidiu restabelecer a prisão. A decisão foi tomada por unanimidade, de acordo com o parecer do **Ministério Público** do Estado.

Participaram do julgamento o desembargador José Luiz de Almeida, relator do caso no colegiado, e os juízes de Direito convocados, Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro e Manoel Aureliano Ferreira Neto. Pela PGJ (Procuradoria-Geral de Justiça), atuou o procurador Joaquim Henrique Lobato.

O mandado de prisão foi expedido às 14 horas e 5 minutos desta sexta-feira (10).

Por ser advogado regularmente inscrito na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Dalton Arruda deve ser colocado em Sala de Estado Maior, conforme previsto no Estatuto dos Advogados. Segundo o texto, os advogados têm o direito de não serem presos antes

do trânsito em julgado, salvo nesta sala, "com instalações e comodidades condignas".

Site:

<https://www.blogdomaylsonreis.com.br/2021/12/tribunal-revoga-liminar-e-manda-prender.html>

Othelino destaca importância das liberdades democráticas para o bem-estar social em congresso do MP

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), falou sobre a importância da garantia das liberdades democráticas para o bem-estar social, durante a abertura do 11º Congresso Estadual do **Ministério Público** do Maranhão (MPMA), promovido pela **Escola Superior do MPMA** (ESMP), nesta quinta-feira (9).

O evento, que acontece até sexta-feira (10), tem como tema "O **Ministério Público** na promoção das liberdades democráticas". Othelino Neto ressaltou que debater essa temática, em especial, neste momento histórico em que autoridades nacionais questionam o equilíbrio do Estado Democrático de Direito, é fundamental.

"O congresso do **Ministério Público** traz um tema muito atual e pertinente. É importante, em momentos como esses que vivemos, trazer a visão de diversas autoridades sobre esse assunto tão necessário para o Brasil e para o Estado Democrático de Direito", frisou o chefe do Legislativo maranhense.

O evento contou, ainda, com a presença do vice-governador do Maranhão, Carlos Brandão (PSDB); do deputado estadual Wellington do Curso (PSDB); do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), que fez a saudação de abertura do congresso; além de autoridades do poder público e do Direito.

Defesa à democracia

O procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, afirmou que sem democracia não há instituições fortes, a exemplo do **Ministério Público**, para defender a sociedade. "É quando temos ameaças de todas as maneiras, torna-se importante falarmos sobre essa temática. Também homenagearemos com a Medalha do Mérito Celso Magalhães pessoas que tiveram forte atuação na defesa das garantias democráticas, como o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto", declarou.

Para o vice-governador Carlos Brandão, o Maranhão dá um exemplo no que diz respeito à manutenção da boa relação institucional, harmônica e independente

entre os poderes e órgãos constituídos. "A maior marca do nosso governo tem sido a participação popular. No momento em que fazemos esse debate sobre a promoção das liberdades, mostramos que a democracia em nosso Brasil não pode ser fragilizada e, sim, fortalecida", afirmou.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, destacou que o respeito à democracia é necessário para o enfrentamento de tempos com tantas mudanças e transformações, que geram ansiedade em parte da população e criam um ambiente propício ao populismo, à demagogia e, conseqüentemente, colocam a democracia e as liberdades em risco.

"Cada debate que fazemos sobre esse assunto é, também, um ato de resistência para mostrarmos que esse sentimento de democracia está enraizado na sociedade e que não vamos tolerar nenhum tipo de retrocesso", enfatizou.

Também presente ao evento, o deputado Wellington do Curso destacou que não há democracia se não tiver uma perfeita harmonia entre os órgãos constitucionais. "Nós, parlamentares, temos esse apoio do **Ministério Público** nas causas sociais. E a realização do congresso com essa temática mostra a força da instituição e a engrandece perante a sociedade", ressaltou.

Site: <https://omaranhense.com/othelino-destaca-importancia-das-liberdades-democraticas-para-o-bem-estar-social-em-congresso-do-mp/>

11º CONGRESSO ESTADUAL DO MP - Solenidade marca outorga de Medalha do Mérito "Celso Magalhães"

Em sessão especial do **Colégio de Procuradores** de Justiça do **Ministério Público** do Maranhão, na tarde desta quinta-feira, 10, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, no Calhau, foi realizada a solenidade de outorga da Medalha do Mérito do **Ministério Público** "Celso Magalhães". A sessão, presidida pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, ocorreu dentro da programação do 11º Congresso Estadual do **Ministério Público** do Maranhão.

Foram agraciados com a maior honraria do **Ministério Público** Estadual o presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Othelino Neto, por sua atuação na elaboração do projeto de lei 125/2020, que traz benefícios aos profissionais da área de saúde que atuam no combate à Covid-19; o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, pelo apoio ao projeto do **MPMA**, que visa garantir a presença de juízes conciliadores em postos de atendimento para ampliar o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade aos seus direitos; o professor doutor Roberto Mauro Gurgel Rocha, vice-presidente do Conselho Estadual de Educação, em reconhecimento à sua atuação em defesa da educação infantil; e a senhora Denise Maia Correia Albuquerque, devido à sua atuação em defesa do meio ambiente, por ter plantado mais de 3 mil pés de ipês em São Luís ao longo de oito anos.

A Medalha do Mérito do **Ministério Público** do Maranhão "Celso Magalhães" foi instituída pela portaria 426, de 1984, alterada pela resolução nº 03/2010, e é concedida pelo **Colégio de Procuradores** de Justiça.

Segundo o deputado Othelino Neto, além de ser razão de orgulho receber a medalha que leva o nome do patrono do **Ministério Público**, também considera a honraria uma homenagem à importância do Poder Legislativo. O presidente da Assembleia agradeceu ao **Colégio de Procuradores** pela aprovação unânime da medalha e compartilhou a comenda com todos os deputados que aprovaram o projeto de lei que criou gratificação para profissionais com atuação na linha de frente durante a pandemia.

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, disse

ter ficado honrado em presidir a sessão por estar homenageando quatro pessoas de grande valor na sociedade. "O reconhecimento é a mais genuína forma de expressar gratidão. Parabenizo os condecorados com a mais alta comenda conferida pelo **Ministério Público** do Maranhão", destacou.

MEDALHAS AMPEM

Após a sessão especial do **Colégio de Procuradores** de Justiça, foi realizada a solenidade de entrega das comendas "Mário Guimarães" e "Arcelina Mochel", da Associação do **Ministério Público** do Maranhão (Ampem), para membros com 30 e 15 anos, respectivamente, de exercício funcional. As medalhas foram entregues pelo presidente e vice-presidente da Ampem, Gilberto Câmara França Júnior e Reinaldo Campos Castro Júnior, e pelos ex-presidentes da Associação Tarcísio José França Bonfim e Francisco das Chagas Barros de Sousa.

Foram agraciados com a medalha "Mário Guimarães", a procuradora de justiça Maria Luíza Ribeiro Martins; os promotores de justiça Ândria Márcia Ribeiro de Sousa, Nacor Paulo Pereira dos Santos e Orfileno Bezerra Neto. Também recebeu a comenda, das mãos da diretoria da Ampem e da ouvidora Sandra Elouf, o **promotor de justiça** Paulo Avelar. Foram ainda homenageados os promotores Valdenir Cavalcante Lima e Willer Siqueira Mendes Gomes. Com a medalha "Arcelina Mochel", foi agraciado o **promotor Sandro Carvalho Lobato de Carvalho**.

Site: <https://omaranhense.com/11o-congresso-estadual-do-mp-solenidade-marca-outorga-de-medalha-do-merito-celso-magalhaes/>

Segundo dia do 11º Congresso do MPMA discute liberdade de expressão

Três palestras foram apresentadas, na manhã desta sexta-feira, 10, na primeira parte da programação do segundo dia do 11º Congresso Estadual do **Ministério Público** do Maranhão, realizado no auditório da Procuradoria Geral de Justiça. Membros e servidores do **MPMA**, operadores do Direito e integrantes de outras instituições e corporações participaram do encontro.

O tema "Liberdade de expressão e sua eficácia vertical em tempos democráticos" foi discorrido pelo desembargador federal Ney de Barros Bello Filho. Em seguida, o subprocurador-geral da república Luiz Augusto Santos Lima proferiu a palestra "A ordem econômica como elemento estruturante da dignidade humana em tempos de pandemia". A terceira temática abordada foi "Desafios atuais do **Ministério Público** Eleitoral e o direito à informação", cujo palestrante foi o vice-procurador-geral Eleitoral, Paulo Gonet Branco.

Apresentou os palestrantes a promotora de justiça do **MPMA** Samira Mercês dos Santos que atuou como mediadora do debate ao lado do também **promotor de justiça** Alessandro Brandão Marques. Igualmente compuseram a mesa de abertura o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e a diretora da Escola Superior do **Ministério Público** do Maranhão (ESMP), Karla Adriana Holanda Farias Vieira.

LIBERDADE

Em sua exposição, Ney de Barros Bello Filho apresentou as diferenças de abordagem sobre o tema da liberdade de expressão das legislações dos Estados Unidos, cuja interpretação é pelo modelo liberal, concedendo abertura para opiniões racistas de grupos como a Ku Klux Klan, e da Europa, baseada no comunitarismo, que não tolera expressões a favor do nazismo ou fascismo, por exemplo, que ferem os preceitos da comunidade.

O palestrante também comentou que a legislação brasileira ainda está tentando encontrar um modelo para balizar o referido direito fundamental. "Nós estamos um pouco incertos tanto na jurisprudência quanto na escrita. Essa incerteza tem que ser superada por decisões de nossa corte constitucional. O ponto de inflexão está em saber até onde determinadas expressões podem ser ditas. Portanto, nós precisamos em um dado momento encontrar a

nossa solução, que tenha uma vinculação clara com os limites da liberdade ou com os limites da própria expressão", disse.

Em seguida, o subprocurador-geral da república Luiz Augusto Santos Lima comentou sobre a atuação do **Ministério Público** garantir a livre concorrência, combatendo cartéis e monopólios e estimulando emprego e renda, além de fiscalizar e adequar determinadas atividades econômicas, como as vaquejadas ou o garimpo. "É preciso existir produção de riqueza. Se não tiver renda, se não tiver possibilidade de comprar os itens necessários para a sobrevivência, não há dignidade humana", disse.

Outro palestrante da manhã, o vice-procurador-geral Eleitoral, Paulo Gonet Branco, também abordou a liberdade de expressão e sua relação com a legislação eleitoral, "Neste país de tanta diversidade cultural, de diferenciações econômicas e sociais, é de se esperar que a cidadania seja protegida contra os abusos daqueles que pretendem obter o crédito popular para gerir os bens e os destinos públicos".

Paulo Gonet acrescentou que nas próximas eleições continuarão proibidos os showmícios, a propaganda em outdoors, entre outras modalidades. No entanto, uma das principais preocupações do **Ministério Público** e Justiça Eleitoral é com o conteúdo a ser gerado nas redes sociais. "O mundo virtual amplificou as desigualdades entre candidatos e especialmente problemas relacionados às falsas notícias, aos discursos de ódio, que são fatores de complicação porque influenciam na convicção do eleitor sobre quem ele vai escolher. Criam uma representação equivocada da realidade, fazendo com que ele escolha alguém que, fosse a verdade estabelecida, ele não escolheria", ressaltou.

E completou: "Todo o sistema normativo eleitoral se volta para proteger a autonomia real do cidadão. Quando se fala da legitimidade das eleições, a gente está falando disso: que o eleitor não seja compelido a uma visão errada da realidade. A internet abriu um campo fabuloso para divulgar fatos, pensamentos e opiniões".

A programação teve seguimento com a apresentação do "Manifesto em Nome das Liberdades Democráticas", feito pela professora da Universidade

de Salamanca (Espanha) e professora visitante da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul Maria Esther Martinez Quinteiro.

A palestrante salientou a necessidade de um olhar do **Ministério Público** para monitorar também a liberdade digital.

DILA

Durante a programação do Congresso, também foi aberta a exposição "Mostra Homenagem: Dila", no Espaço de Artes Márcia Sandes, na sede da Procuradoria Geral de Justiça. A mostra é composta de 20 telas que trazem a marca da arte naif da artista maranhense com mais de 50 anos de trajetória no campo das artes plásticas.

Do **MPMA**, participaram da abertura o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, a subprocuradora de justiça para Assuntos Administrativos, Regina Maria da Costa Leite, e o **promotor de justiça** de Defesa do Idoso, José Augusto Cutrim Gomes.

Na ocasião, o procurador-geral de justiça entregou ao diretor do Solar do Outono, Clésio Sandro, um veículo, modelo Prisma, para auxiliar nos trabalhos da entidade.

A exposição permanece em cartaz até o dia 16 de dezembro. Ao todo, são sete litografias e 13 quadros na técnica óleo sobre tela. Quatro trabalhos são de propriedade de Dila e estão à venda. Os outros pertencem a coleções particulares.

Recentemente, Dila foi resgatada de condições insalubres pelo **Ministério Público** do Maranhão, após intervenção da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Idoso de São Luís, estando agora abrigada no Solar do Outono.

LUMIAR

Ainda na manhã desta sexta-feira, a Escola Superior do **Ministério Público** lançou, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, a nova edição da revista Lumiar. A publicação reúne a produção acadêmica do programa de pós-graduação da instituição de ensino ministerial.

A Lumiar tem periodicidade anual e enfoque jurídico-científico, priorizando as discussões sobre o Direito. "A publicação se dispõe ao diálogo interdisciplinar, especialmente com os diversos ramos das ciências humanas e sociais aplicadas, ciências jurídicas, e conta com a colaboração de diversos autores, ligados ou não ao **Ministério Público** do Maranhão", explicou a diretora da Escola Superior, Karla Adriana Farias

Vieira.

A edição homenageia o escritor, jornalista e parlamentar João Dunshee de Abranches Moura (1867-1941). Neste ano de 2021, faz 80 anos da morte dele. Nascido em São Luís, Dunshee de Abranches escreveu obras que ainda hoje são referências para o estudo da história do Maranhão, a exemplo de "A esfinge de Grajaú", "O cativo" e "Setembrada", romance histórico alusivo à Revolução Liberal de 1831 no Maranhão.

Presente na solenidade, o presidente da Academia Maranhense de Letras, Carlos Gaspar, ressaltou a importância do homenageado para a cultura maranhense e elogiou a iniciativa da ESMP.

A revista traz, ainda, 17 artigos científicos produzidos por alunos do curso de especialização em Gestão e Governança em **Ministério Público**.

ENCERRAMENTO

O procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, representou o governador Flávio Dino no congresso e destacou os desafios que as instituições do sistema de justiça têm enfrentado para defender os valores democráticos. "É preciso desenvolver o diálogo institucional, construir pontes em uma atuação cooperativa para consolidação das liberdades democráticas".

Para o procurador da República e membro do Conselho Nacional do **Ministério Público**, Antônio Edílio Magalhães Teixeira, a espontaneidade caracteriza o MP e daí surge a criatividade para avançar nas mudanças sociais necessárias. "Não existe democracia sem instituições. Por isso, é necessário o fortalecimento das instituições para fortalecer a democracia".

Ao concluir as atividades do congresso, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, enfatizou que foram apenas dois dias de trabalho, com um objetivo grandioso: a busca de caminhos para garantir que não haja retrocessos para a sociedade brasileira, no que concerne à conquista inalienável das liberdades democráticas.

"Agradeço aos nossos excelentes conferencistas, por compartilharem seus conhecimentos e sua sabedoria, que em muito ajudarão o **Ministério Público** a se desincumbir da tarefa monumental de seguir na defesa das liberdades democráticas sem dispor dos instrumentos mais eficazes, buscando, simultaneamente, reaver tais instrumentos.

O Congresso do **MPMA** registrou 1442 visualizações

de internautas nos dois dias de evento.

Site: <https://omaranhense.com/segundo-dia-do-11o-congresso-do-mpma-discute-liberdade-de-expressao/>

Advogado que agrediu ex-esposa tem prisão revogada e é procurado pela polícia

O advogado Dalton Arruda está sendo procurado pela Delegacia Especial da Mulher (Foto: Divulgação)

O advogado Dalton Arruda, acusado de agredir a ex-esposa Janayna Arruda, depois de derrubar com sua caminhonete o portão da residência dela, no bairro do Calhau, em São Luís, está sendo procurado pela Polícia Civil, por meio da Delegacia Especial da Mulher (DEM), para que retorne à prisão.

Nessa quinta-feira, 9, conforme informações obtidas pelo Jornal Pequeno, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça revogou a liminar em habeas corpus que havia substituído a prisão preventiva de Arruda por domiciliar, com uso de tornozeleira eletrônica, e determinou o restabelecimento da prisão do advogado.

Ainda conforme a fonte do JP, depois de ser preso em flagrante, Dalton Arruda teve a preventiva decretada pela juíza da Central de Inquéritos, Janaína de Carvalho, em 17 de novembro, deste ano, por ter descumprido medidas protetivas de distanciamento da ex-esposa e arrombado a residência dela derrubando o portão principal com a sua caminhonete.

A defesa do advogado conseguiu no mesmo dia com que ele deixasse a prisão, por meio do desembargador José Jorge, em Plantão judicial. A preventiva foi convertida em prisão domiciliar com utilização de tornozeleira eletrônica.

José Jorge acolheu os argumentos do advogado de Arruda, de que seu cliente não se recordaria de nada que havia feito, por supostamente ter usado medicamento.

"Ele não teve a intenção de derrubar o portão da residência", alegou a defesa.

Em julgamento de mérito, no entanto, e por unanimidade, a 2ª Câmara Criminal restabeleceu a prisão preventiva, conforme parecer do **Ministério Público** estadual. No início da tarde dessa sexta-feira (10), a Justiça expediu mandado de prisão.

A Delegacia Especial da Mulher (DEM) já está de posse da ordem judicial e tenta localizar Dalton Arruda para encaminhá-lo de volta à prisão.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2021/12/11/advogado-que-agrediu-ex-esposa-tem-prisao-revogada-e-e-procurado-pela-policia/>

Advogado que agrediu ex-esposa em São Luís é procurado pela polícia

O advogado Dalton Arruda está sendo procurado pela Delegacia Especial da Mulher (Foto: Divulgação)

SÃO LUÍS - O advogado Dalton Arruda, acusado de agredir a ex-esposa Janayna Arruda, depois de derrubar com sua caminhonete o portão da residência dela, no bairro do Calhau, está sendo procurado pela Polícia Civil, por meio da Delegacia Especial da Mulher (DEM), para que retorne à prisão.

Nessa quinta-feira, 9, conforme informações obtidas pelo Jornal Pequeno, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça revogou a liminar em habeas corpus que havia substituído a prisão preventiva de Arruda por domiciliar, com uso de tornozeleira eletrônica, e determinou o restabelecimento da prisão do advogado.

Ainda conforme a fonte do JP, depois de ser preso em flagrante, Dalton Arruda teve a preventiva decretada pela juíza da Central de Inquiridos, Janaína de Carvalho, em 17 de novembro, deste ano, por ter descumprido medidas protetivas de distanciamento da ex-esposa e arrombado a residência dela derrubando o portão principal com a sua caminhonete.

A defesa do advogado conseguiu no mesmo dia com que ele deixasse a prisão, por meio do desembargador José Jorge, em Plantão judicial. A preventiva foi convertida em prisão domiciliar com utilização de tornozeleira eletrônica.

José Jorge acolheu os argumentos do advogado de Arruda, de que seu cliente não se recordaria de nada que havia feito, por supostamente ter usado medicamento.

"Ele não teve a intenção da derrubar o portão da residência", alegou a defesa.

Em julgamento de mérito, no entanto, e por unanimidade, a 2ª Câmara Criminal restabeleceu a prisão preventiva, conforme parecer do **Ministério Público** estadual. No início da tarde dessa sexta-feira (10), a Justiça expediu mandado de prisão.

A Delegacia Especial da Mulher (DEM) já está de posse da ordem judicial e tenta localizar Dalton Arruda para encaminhá-lo de volta à prisão.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2021/12/11/advogado-que-agrediu-ex-esposa-em-sao-luis-e-procurado-pela-policia/>

Solenidade marca outorga de Medalha do Mérito "Celso Magalhães"

Em sessão especial do **Colégio de Procuradores** de Justiça do **Ministério Público** do Maranhão, na tarde desta quinta-feira, 10, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, no Calhau, foi realizada a solenidade de outorga da Medalha do Mérito do **Ministério Público** "Celso Magalhães". A sessão, presidida pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, ocorreu dentro da programação do 11º Congresso Estadual do **Ministério Público** do Maranhão.

Foram agraciados com a maior honraria do **Ministério Público** Estadual o presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Othelino Neto, por sua atuação na elaboração do projeto de lei 125/2020, que traz benefícios aos profissionais da área de saúde que atuam no combate à Covid-19; o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, pelo apoio ao projeto do **MPMA**, que visa garantir a presença de juízes conciliadores em postos de atendimento para ampliar o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade aos seus direitos; o professor doutor Roberto Mauro Gurgel Rocha, vice-presidente do Conselho Estadual de Educação, em reconhecimento à sua atuação em defesa da educação infantil; e a senhora Denise Maia Correia Albuquerque, que tem longa trajetória nas causas da assistência social, devido à sua atuação em defesa do meio ambiente, por ter plantado mais de 3 mil pés de ipês em São Luís ao longo de 8 anos.

A Medalha do Mérito do **Ministério Público** do Maranhão "Celso Magalhães" foi instituída pela portaria 426, de 1984, alterada pela resolução nº 03/2010, e é concedida pelo **Colégio de Procuradores** de Justiça.

Segundo o deputado Othelino Neto, além de ser razão de orgulho receber a medalha que leva o nome do patrono do **Ministério Público**, também considera a honraria uma homenagem à importância do Poder Legislativo. O presidente da Assembleia agradeceu ao **Colégio de Procuradores** pela aprovação unânime da medalha e compartilhou a comenda com todos os deputados que aprovaram o projeto de lei que criou gratificação para profissionais com atuação na linha de frente durante a pandemia.

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, disse ter ficado honrado em presidir a sessão por estar homenageando quatro pessoas de grande valor na

sociedade. "O reconhecimento é a mais genuína forma de expressar gratidão. Parabenizo os condecorados com a mais alta comenda conferida pelo **Ministério Público** do Maranhão", destacou.

Após a sessão especial do **Colégio de Procuradores** de Justiça, foi realizada a solenidade de entrega das comendas "Mário Guimarães" e "Arcelina Mochel", da Associação do **Ministério Público** do Maranhão (Ampem), para membros com 30 e 15 anos, respectivamente, de exercício funcional. As medalhas foram entregues pelo presidente e vice-presidente da Ampem, Gilberto Câmara França Júnior e Reinaldo Campos Castro Júnior, e pelos ex-presidentes da Associação Tarcísio José França Bonfim e Francisco das Chagas Barros de Sousa.

Foram agraciados com a medalha "Mário Guimarães", a procuradora de justiça Maria Luíza Ribeiro Martins; os promotores de justiça Ândria Márcia Ribeiro de Sousa, Nacor Paulo Pereira dos Santos e Orfileno Bezerra Neto. Também recebeu a comenda, das mãos da diretoria da Ampem e da ouvidora Sandra Elouf, o **promotor de justiça** Paulo Avelar. Foram ainda homenageados os promotores Valdenir Cavalcante Lima e Willer Siqueira Mendes Gomes. Com a medalha "Arcelina Mochel", foi agraciado o **promotor Sandro Carvalho Lobato de Carvalho**.

: CCOM-**MPMA**

Site: <https://arimateiajr.com/noticia/1105232/solenidade-marca-outorga-de-medalha-do-merito-celso-magalhaes>

Democracia é debatida em Congresso Estadual do MP

O 11º Congresso Estadual do **Ministério Público** do Maranhão teve como conferencista inaugural o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), Ayres Britto. De forma virtual o ministro abordou o tema "Os caminhos constitucionais para a Democracia e o papel do **Ministério Público**". O conferencista foi apresentado pela diretora da Escola Superior do **Ministério Público** do Estado do Maranhão, Karla Farias Vieira.

No início de seu apontamento, Ayres de Britto explicou o objetivo da palestra, que foi destacar o vínculo institucional do **Ministério Público** à democracia, dando ênfase ao artigo 127 da Constituição Federal. O artigo enumera as três funções da instituição ministerial: defesa do regime democrático, defesa da ordem jurídica, defesa dos interesses sociais e dos direitos individuais indisponíveis. "A democracia é o princípio dos princípios da Constituição de 1988. Está nas suas linhas iniciais. A finalidade suprema da Assembleia Nacional Constituinte foi instituir o regime democrático. Logo, a democracia é o princípio que se faz presente e é a razão de ser de todos os outros princípios".

Para o ministro, o **Ministério Público** deve levar o vínculo funcional com a democracia até as últimas consequências, com toda a devoção institucional. "A democracia é o regime voltado para o povo, a serviço dos interesses do povo. Pela Constituição, a democracia foi entregue ao **Ministério Público**, o que explica o caráter permanente da instituição. Logo, tem o poder e o dever de estar em defesa do regime democrático e entender muito bem cada uma de suas funções institucionais".

O conferencista também alertou sobre as mudanças na Constituição. "Quando o Estado mexe na Constituição, todo cuidado é pouco, o sinal amarelo acende, porque está mexendo em obra alheia, criada por um ente anterior e exterior ao Estado, que é criatura objetiva da Constituição originária", alertou. Por último, Ayres de Britto afirmou que o **Ministério Público** deve se voltar para a defesa dos interesses sociais, conforme indica a Constituição. "Saúde, educação, previdência social, populações indígenas, ciência, tecnologia, entre outras. Toda a ordem social é campo constitucional de atuação oficial do **Ministério Público**".

Em São Luís, também compuseram a mesa do debate as procuradoras de justiça Regina Maria da Costa Leite (subprocuradora-geral para Assuntos Administrativos) e Mariléa Campos dos Santos Costa; o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho James Magno Araújo Farias e o subprocurador da República do **Ministério Público** da União Alcides Martins.

TARDE A programação da tarde no Congresso contou com uma mesa de trabalho coordenada pela promotora de justiça Natália Macedo Luna, titular da Comarca de São João Batista, e que teve como debatedor o titular da Promotoria de Justiça de Carolina, Marco Túlio Rodrigues Lopes.

O primeiro palestrante foi o procurador da República Antônio Edílio Teixeira, que apresentou o tema "O papel do **Ministério Público** na Lei Anticorrupção". Em sua fala, Antônio Edílio afirmou que a corrupção é algo intrinsecamente humano e que é preciso que se busquem sempre caminhos para vencê-la. Para o palestrante, o trabalho no Ministério Público nessa área passa por um bom planejamento e atuação nos campos da educação, prevenção e repressão.

O procurador da República, recém-eleito para compor o Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP), falou sobre a Lei Anticorrupção Empresarial que, segundo ele, pode ser um caminho para o trabalho de membros do **Ministério Público** diante das mudanças trazidas pela nova Lei de **Improbidade Administrativa**.

"Não existe corrupção sem o envolvimento do setor privado. Essa também é uma questão econômica", apontou.

A legislação é resultado de uma agenda internacional de combate a esse tipo de prática, que passou a ser discutida por diversas nações. Nesse contexto o palestrante citou marcos importantes como as Convenções de Mérida e Palermo.

A Lei Anticorrupção prevê a possibilidade de aplicação de penalidades nos campos administrativo e penal. De acordo com Antônio Edílio Teixeira, o **Ministério Público** tem papel importante, pois pode atuar nas duas frentes, além de ter ampla experiência no combate às práticas lesivas ao patrimônio público.

Outro ponto abordado foram os acordos de leniência, apontados pelo procurador como um mecanismo importante de esclarecimento dos fatos e busca de provas, além de possibilitar a reparação dos danos. Entre as penalidades possíveis estão a aplicação de multa, necessidade de publicização por parte da empresa a respeito da punição, suspensão ou dissolução da empresa e a perda de bens.

Por fim, o palestrante abordou a questão do compliance, reforçando que os programas de integridade devem chegar, também, ao setor público. Entre as medidas apontadas como necessárias estão a criação de códigos de ética para servidores, fiscalização de portais da transparência, verificação de nepotismo, criação de ouvidorias e mecanismos de controle interno e o estabelecimento de rotinas para o tratamento de denúncias.

LEI DE IMPROBIDADE A fala da promotora de justiça do **Ministério Público** de Goiás Fabiana Zamalloa teve como tema as "Primeiras impressões da nova lei de **improbidade administrativa**". A palestrante lembrou que o 9 de dezembro é o Dia Internacional Contra a Corrupção, mas que não há muito a comemorar diante dos ataques sofridos nos últimos dois anos e que tem como marco as mudanças na Lei de **Improbidade Administrativa**.

Para Fabiana Zamalloa, a lei tornou-se débil na defesa da **probidade administrativa**, que é fundamento da democracia, além de ser resultado de um abuso legislativo. "O legislador não pode escolher arbitrariamente as condutas que se enquadram como improbidade e foi isso que aconteceu. Um exemplo é a improbidade culposa".

Para a promotora de justiça, a má gestão está diretamente ligada à corrupção. "A corrupção se oculta na má gestão e na desorganização", explicou.

A representante do MPMGO também apontou obstáculos trazidos pela nova lei para o combate à corrupção, como o estabelecimento de prazo de prescrição de oito anos a partir do fato ocorrido, ou seja, sem que os órgãos de controle tenham, muitas vezes, sequer conhecimento daquela violação.

No entendimento da palestrante, há inúmeras questões que serão tema de debates por muitos anos e será necessária a reconstrução do sistema de responsabilização com base em uma lei tecnicamente ruim. "O **Ministério Público** precisará buscar coerência na lei. Essa luta não será fácil mas reforçará a importância do MP e as razões de sua existência".

COMBATE À CORRUPÇÃO O terceiro palestrante da

mesa foi Vladimir Aras, procurador regional da República da 1ª Região, que discutiu o "Combate à corrupção como pressuposto do Estado Democrático de Direito" e propôs uma reflexão sobre o cenário brasileiro e internacional, que estão diretamente ligados em um contexto de integração de soberanias, economias e pessoas.

Aras também destacou os tratados internacionais surgidos a partir da década de 1970, observando que eles tinham estreita ligação com a preocupação com a economia e com a livre concorrência.

O procurador da República observou uma mudança do sistema jurídico brasileiro em relação às questões de corrupção a partir de 2005 e alertou para a "captura do estado" por parte de organizações que atuam em esquemas de corrupção. Vladimir Aras também falou sobre a mudança na Lei de Improbidade, destacando que tentativas de enfraquecimento da legislação vêm acontecendo pelo menos desde 2002.

"A vontade da Constituição cedeu à vontade da corrupção", afirmou Aras.

Para o palestrante, as mudanças na legislação brasileira colocam o país em rota de colisão com os compromissos internacionais assumidos e com a própria vontade constitucional. Além disso, a situação atual deixa desprotegidas pessoas que estarão a mercê de uma estrutura "viciada", citando a dificuldade em punir casos de **tortura**, assédio e **racismo**, por exemplo. Além do viés econômico, a corrupção ataca diretamente dos **direitos humanos**, segundo Vladimir Aras.

O palestrante ressaltou, ainda, os efeitos da corrupção em questões práticas da sociedade como a violência urbana. "A violência urbana também é resultado da corrupção na fronteira, em que alguém deixou passar armas e munições em troca de propina", ressaltou.

Para Vladimir Aras, se o país não tem políticas públicas efetivas em áreas como educação ou saúde, isso ocorre por falta de planejamento, mas, também, devido à corrupção. (CCOM-**MPMA**)

Desembargador Lourival Sereio é homenageado pelo Ministério Público

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Sereio, foi homenageado com a outorga da Medalha do Mérito do **Ministério Público** "Celso Magalhães", durante sessão solene, realizada no auditório da Procuradoria Geral de Justiça.

"Esta homenagem representa um reencontro com o começo da minha carreira, como **promotor de justiça**, durante três anos. Então, vir ao **Ministério Público** receber esta medalha é motivo de imensa satisfação para mim, por ter sido membro de uma instituição tão respeitada e fundamental para a garantia dos direitos dos cidadãos", pontuou o presidente do TJMA, agradecendo a honraria.

A entrega ocorreu durante a programação do 11º Congresso Estadual do **Ministério Público**, que acontece até esta sexta-feira (10). A comenda entregue ao presidente do TJMA, desembargador Lourival Sereio, foi proposta pelo procurador-geral de Justiça, Eduardo Jorge Heluy Nicolau, em reconhecimento ao apoio oferecido ao projeto do **MPMA**, que visa oferecer aos cidadãos e cidadãs de maior vulnerabilidade social, acesso mais amplo aos seus direitos, garantindo a presença de juízes conciliadores nos postos de atendimento.

"O desembargador Lourival Sereio é a instituição, um homem probo, digno, determinado, que merece todas as honrarias do **Ministério Público** do Maranhão pela brilhante trajetória profissional", frisou o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau.

Também receberam a Medalha do **Ministério Público** Celso Magalhães o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o professor doutor Roberto Gurgel Rocha; e a senhora Denise Maia Albuquerque. Na oportunidade, foram entregues, ainda, comendas da Associação do **Ministério Público** do Maranhão (AMPÉM).

MEDALHA

A Medalha do Mérito do **Ministério Público** do Maranhão "Celso Magalhães" foi instituída pela Portaria 426 de 1984, alterada pela Resolução nº 3/2010 - CPMP e pela Resolução nº 88/2019 - CPMP (**Colégio de Procuradores** de Justiça do **MPMA**).

CONGRESSO

O 11º Congresso Estadual do **Ministério Público** do Maranhão foi aberto nessa quinta-feira (9), no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, com transmissão ao vivo pelo canal do YouTube da Escola Superior do **Ministério Público** (ESMP).

Com o tema "O **Ministério Público** do Maranhão na Promoção das Liberdades Democráticas", o congresso é destinado a membros do **Ministério Público** Brasileiro, magistrados, magistradas e estudantes, reunindo autoridades do Poder Público e renomados profissionais do Direito no país.

Site: <https://issuu.com/pdfatosefatos/docs/11122021>

MPE investiga empresário suspeito de utilizar empresas para fraudar licitações

O **Ministério Público** do Maranhão instaurou um inquérito civil para investigar um empresário suspeito de utilizar empresas para fraudar licitações no estado. As supostas fraudes envolveriam três construtoras maranhenses e um senhor que seria o verdadeiro proprietário destas.

Consta no Diário Eletrônico do MPE-MA, edição 226/2021, disponibilizado em 07/12/2021, com publicação em 09/12/2021, o estabelecimento da Portaria- 35ªPJESLZPPA - 152021, assinada pelo promotor Nacor Paulo Pereira dos Santos, titular da 35ª Promotoria de Justiça Especializada e o 8º **promotor de Justiça** do Patrimônio Público e da **Probidade Administrativa**, uma determinação para oficial os representantes das empresas Factor Construções e Empreendimentos Ltda, Terramata Ltda, Plaza Construções Ltda e o senhor Severiano Tenório Freire Britto, para, querendo, apresentarem manifestação defensiva no prazo de dez dias úteis.

Investigação preliminar no MPE aponta que o empresário pode ser o único proprietário das empreiteiras citadas, utilizando-se de procurações para gerir as empresas. O Jornal Pequeno realizou consulta no site da Receita Federal e constatou que a Factor possui como sócio o senhor Fran Alberto Daniel Maranhão Sobrinho (CNPJ nº 10.349.311/0001-14); a Terramata, o senhor Ricardo Barroso Del Castilho (CNPJ nº 04.806.301/0001-68); e a Plaza Construções as senhoras Maria Adelaide Tenório Vaz Freire Britto e Maria Luiza Tenório Dantas, respectivamente esposa e enteada de Severiano Britto (CNPJ nº 00.620.023/0001-07).

Site: https://cdn-digitalmflip.sflip.com.br/temp_site/issue-ea9c07b5d0be2b8ee4631ee110f97fb4.pdf

Entidades atualizam protocolo da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres

Representantes de órgãos e entidades que integram a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres de São Luís participaram das atividades alusivas ao Dia Internacional dos **Direitos Humanos**, nesta sexta-feira (10), no auditório do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). Durante o evento, promovido pela 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, mais de 34 instituições assinaram o protocolo da rede criada no ano de 2002, atualizando sua composição, com a adesão de mais instituições. Também foram apresentados dados sobre a atuação da unidade judiciária neste biênio, como a emissão de medidas protetivas de urgência para proteção das vítimas de violência, prisão de agressores, uso da tornozeleira eletrônica, além das audiências e julgamentos realizados. Houve, ainda, palestras, lançamento de projeto, depoimento de uma sobrevivente de feminicídio.

Ao fazer a abertura do evento, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, disse que o Dia Internacional dos **Direitos Humanos**, reunindo as instituições integrantes da Rede de Enfrentamento, era um momento de muita reflexão sobre a violência contra a mulher. Ressaltou também que essa iniciativa da 2ª Vara da Mulher, com o apoio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER), do TJMA, mostra o empenho do Judiciário maranhense em combater esse mal que cada dia mais se espalha pelo país: a violência contra a mulher.

O presidente da CEMULHER, desembargador Cleones Cunha, falou sobre a desigualdade de gênero. "Precisamos acabar com essa desigualdade. A mulher sofre violência em todos os lugares; é no trabalho, ganhando menos que o homem; ouvindo piadas; acusada nas ruas de estar usando roupas provocantes; além do que ocorre dentro das próprias casas", afirmou.

A juíza titular da 2ª Vara da Mulher, Lúcia Helena Heluy, ressaltou a importância da atuação da Rede de Enfrentamento, formada pelo Judiciário, **Ministério**

Público, Defensoria Pública, Polícia Militar, secretarias de Saúde, Educação, Segurança e **Direitos Humanos**, entidades de classe, movimentos sociais, entre outros. "Não adiantaria a Vara da Mulher ter uma atuação se não estiver em parceria com as instituições dessa rede, onde cada órgão ou entidade tem sua atribuição, e o trabalho é feito de forma horizontal", disse a magistrada.

Após a abertura do evento, a dona de casa G.S, 41 anos, vítima sobrevivente de feminicídio, deu seu depoimento e contou como sobreviveu às 13 facadas desferidas pelo seu ex-marido, com quem teve um filho. O crime ocorreu em Paço do Lumiar, município da Grande Ilha de São Luís, em fevereiro de 2018. O acusado foi julgado e condenado a 12 anos e 8 meses de reclusão e cumpre pena preso. A vítima disse que sofreu violência durante os 15 anos de casamento. Depois de dois anos da separação, o acusado tentou reatar o relacionamento por várias vezes. Na noite do crime, ele estava na casa da vítima, a imobilizou colocando uma toalha com amoníaco em seu nariz e, em seguida, esfaqueou a mulher na barriga, pernas e cortou os seios dela. Os vizinhos ouviram gritos de socorro, invadiram a casa e o acusado fugiu. G.S foi socorrida e levada para o hospital, onde ficou internada por três meses, sendo 12 dias na UTI. Ela disse que já passou por 6 cirurgias.

DIREITOS HUMANOS

A programação do Dia Internacional dos **Direitos Humanos** contou, ainda, com a palestra "Os **direitos humanos** e a garantia de direitos às mulheres com deficiência", preferidas pela secretária-adjunta dos Direitos da Pessoa com Deficiência na Secretaria de Estado dos **Direitos Humanos** e Participação Popular do Maranhão, Beatriz de Carvalho. Também foi abordado o tema "A especialização da violência contra a mulher em São Luís", resultado da pesquisa e tese de mestrado da geógrafa Amanda Ribeiro Bezerra, que estuda a violência contra a mulher.

A juíza Samira Heluy, do Termo de São José de Ribamar, apresentou o projeto "O Judiciário nas escolas, com eles e com elas, por eles e por elas", que a magistrada desenvolve junto às escolas públicas de

ensino médio, desde agosto de 2021. Segundo ela, a meta é alcançar todas as nove unidades de ensino médio daquele município, com ênfase na violência contra a mulher.

Em seguida, a assessora da CEMULHER, Lidiane de Melo, apresentou as ações e projetos desenvolvidos pela Coordenadoria da Mulher nesse biênio. No evento, também foram apresentados pela 2ª Vara da Mulher o relatório de atividades dos anos de 2020 e 2021. Nesse período - até o dia 09 deste mês - a unidade judiciária, competente para a emissão de Medidas Protetivas de Urgência (MPUs), distribuiu mais de sete mil medidas; determinou 48 prisões de agressores e o uso de 102 tornozeleiras eletrônicas. No ano de 2021 proferiu 5.486 decisões; realizou 167 audiências e 2.717 julgamentos; foram expedidos 17.912 mandados; 17.408 mandados cumpridos pelos oito oficiais de justiça da unidade.

HOMENAGEM

A programação alusiva ao Dia Internacional dos **Direitos Humanos** foi encerrada com a entrega, pela 2ª Vara da Mulher, do certificado de Menção Honrosa a 11 comandantes dos batalhões da Polícia Militar do Maranhão, por darem suporte ao trabalho da Vara da Mulher, em especial ao cumprimento dos mandados pelos oito oficiais de justiça da unidade judiciária. Também foi homenageada a coronel Augusta Andrade, da Patrulha Maria da Penha.

Participaram da mesa de abertura do Dia Internacional dos **Direitos Humanos** também o desembargador Ronaldo Maciel; a promotora de justiça de **Defesa da Mulher**, Selma Regina Sousa; e a assistente social e ativista Sílvia Leite. A programação do evento contou ainda com a apresentação da cantora, advogada e ativista pelos direitos das pessoas com deficiência, Isabelle Passinho; e da poetisa Maria das Neves Oliveira.

Site: <https://omaranhense.com/entidades-atualizam-protocolo-da-rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/>